

Seja o presente projeto distribuido à Comissão respectiva. Sala das Sessões, em 27108125

PREFEITURA DE SOUSA

GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N°034, DE 18 DE AGOSTO DE 2025.

APROVADO Em 10,99,25

CRIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SOUSA/PB, O "PROGRAMA HABILITAÇÃO SOCIAL". E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB, no uso de suas atribuições legais, encaminha à CÂMARA MUNICIPAL DE SOUSA-PB o seguinte PROJETO DE LEI:

- **Art. 1º**. Fica criado no âmbito do Município de Sousa, o "**Programa HABILITAÇÃO SOCIAL** ", cujo objetivo é o custeio das despesas com os serviços de processo de habilitação para condutores de baixa renda, com vista a aquisição da Carteira Nacional de Habilitação CNH, para condução de veículos automotores.
- § 1º. Consideram-se baixa renda, para os fins desta Lei, as pessoas com renda familiar mensal de até 1½ (um e meio) salário mínimo, que estejam desempregadas há mais de um ano ou estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federa CadÚnico -;
- § 2º. Para implementação do "Programa HABILITAÇÃO SOCIAL", por se tratar de serviços de interesse comum, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a firmar convênios com Órgãos e Instituições Públicas de quaisquer esferas de governo, bem como, com Entidades Particulares.
- **Art. 2º**. O candidato à obtenção do benefício previsto nesta Lei, deverá comprovar domicílio no Município de Sousa, nos últimos 3 (três) anos.
- **Art. 3º**. Os encargos financeiros oriundos do "**Programa HABILITAÇÃO SOCIAL**" serão custeados pela Superintendência de Transportes e Trânsito de Sousa STTRANS com a utilização de parte das receitas arrecadadas com a cobrança das multas de trânsito, o que deve ocorrer por meio de orçamento e rubrica próprios.
- I Das receitas arrecadadas, será resguardado o percentual de 5% (cinco por cento), conforme estipulado no § 1º do Art. 320 da Lei 9.503/1997, para fins de depósito mensal, na conta de fundo de âmbito nacional destinado à segurança e educação de trânsito;
- II Os Centros de Formação de Condutores serão remunerados pelos serviços prestados aos(às) beneficiários(as) do programa, após a devida execução e comprovação da prestação do(s) serviço(s).
- **Art. 4º**. A concessão dos benefícios de que trata esta Lei não exime o beneficiário da realização de todos os exames e testes necessários e indispensáveis para a habilitação na categoria pretendida, devendo ser observadas as disposições da **Lei Federal Nº 9.503**, de 23 de setembro de 1997. E suas regulamentações posteriores.

Parágrafo único. O candidato com inaptidão temporária ou encaminhado à Junta Médica Especial, bem como, o candidato que solicitar perícia em junta médica ou psicológica em





GABINETE DO PREFEITO

grau de recurso, e o reprovado nos exames teórico-técnico ou prático de direção poderá refazer os exames correspondentes, sem ônus, uma única vez.

- Art. 5°. Não serão contempladas pelo benefícios do "Programa HABILITAÇÃO SOCIAL", as pessoas que:
- Tenham cometido crimes na condução de veículo automotor, com sentença penal condenatória transitada em julgado;
- II Necessitem reiniciar o processo de habilitação;
- III Tiveram a Carteira Nacional de Habilitação CNH ou a Permissão para Dirigir:
- Cassada;
- Suspensa.
- Art. 6°. O número de pessoas beneficiadas pelo programa deverá ser definido por ato da Superintendência de Transportes e Trânsito de Sousa - STTRANS - e, periodicamente, será publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município - GAZETA DE SOUSA -.
- Art. 7º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar, correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente. Pelo que, fica o Prefeito Municipal autorizado a proceder com os ajustamentos que se fizerem necessários no orçamento. Inclusive, suplementá-lo.
- Parágrafo Único: O Poder Executivo, observadas as disposições da Lei Nº 4.320/1964 e da Lei Complementar Nº 101/2000, poderá proceder com as alterações no Orçamento Anual, para promover a abertura de créditos suplementares e créditos adicionais especiais no valor suficiente à implementação plena desta lei, inclusive, com vista à realização de pagamentos. Utilizando-se, para tanto, das consignações e classificações pertinentes.
- Art. 8°. Fica autorizado ao Poder Executivo, em havendo necessidade, promover a regulamentação desta Lei, por Decreto Municipal, estabelecendo os procedimentos operacionais, limitação do percentual de gastos, definição das categorias de habilitação a serem contempladas e outros critérios mais para sua efetiva implementação.
- Art. 9°. Esta Lei Ordinária Municipal entra em vigor na data de sua publicação junto ao Órgão de Imprensa Oficial do Município - GAZETA DE SOUSA -.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

HELDER MOREIRA ABRANTES DE CARVALHO

PREFEITO CONSTITUCIONAL

Rua Coronel José Gomes de Sá 27, Centro - CEP: 58.800-050 - Sousa/PB.

CÂMARA MUNICIPAL DE SOUSA

R. Nabor Meira, Nº 17 Centro de Sousa - PB Cep 58800-310 BRASIL Tel: (83) 3521-1509 http://www.camarasousa.pb.gov.br

Legislatura 2025-2028 SESSÃO: 8ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO ORDINÁRIO DE 2025 MATÉRIA: PROJETO DE LEI ORDINÁRIA - EXECUTIVO INSTITUIÇÃO: 0034/2025 NÚMERO: Câmara Municipal de Sousa PROPOSITOR: 10/09/2025 Hélder Moreira Abrantes de Carvalho P. DA SESSÃO: AMANDA SILVEIRA 19:16 TIPO VOTAÇÃO: 10 MAIORIA SIMPLES PRESENTES

	PARTIDO	PRESENÇA	VOTO
AMANDA SILVEIRA	PSB	PRESENTE	
DIOGENES FERREIRA	PSD	PRESENTE	SIM
TEKIN LINHARES	SD	PRESENTE	SIM
GEORGE SUCUPIRA	PSD	PRESENTE	SIM
RADAMÉS ESTRELA	PSB	PRESENTE	SIM
JR DE ZILDA	PSB	AUSENTE	AUS
ABEL SALES	PSB	PRESENTE	SIM
DENIS FORMIGA	PSB	PRESENTE	SIM
DELANI GLEDSON	PSB	PRESENTE	SIM
DANIEL PINTO	PT	PRESENTE	SIM
MARCIO DAS BANCAS	SD	AUSENTE	AUS
JOHANNA ESTRELA	PDT	AUSENTE	AUS
ASSIS ESTRELA	PDT	AUSENTE	AUS
ANANIAS VIEIRA	MDB	PRESENTE	SIM
ALYSON ALVES	PL	AUSENTE	AUS
APROVADO		SIM	9
AFROVADO		NÃO	0
TURNO: Turno		ABS /	0

Ementa:

PRESIDENTE DA SESSÃO

Cria no âmbito do Município de Sousa/PB, o "Programa Habilitação Social", e dá outras providências.